TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
Praça Cívica, 300 - Bairro Centro - CEP - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

ATA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ACESSIBILIDADE NAS ELEIÇÕES EM GOIÁS

Data | hora 29/11/2023 – 15h | *Reunião convocada por* Adenir Teixeira Peres Júnior - Coordenador da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRE Goiás

Participação

Documento Frequência (0678663)

Tipo de reunião

Audiência pública com o objetivo de ouvir autoridades públicas e entidades representativas das pessoas com deficiência acerca da acessibilidade nas eleições no âmbito da Justiça Eleitoral goiana, além de prestar contas das ações desenvolvidas por esta Corte no processo eleitoral de 2022.

Composição da Mesa

Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior - Juiz Ouvidor e Coordenador da Comissão de Acessibilidade substituto

Wilson Gamboge Júnior - Diretor-Geral

Hebert Batista - Representante da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-GO

Weslley Francisco Machado de Napoli - Assessor de Atendimento, Sustentabilidade e Suporte às Zonas da Diretoria-Geral

Facilitador

Weslley Francisco Machado de Napoli - Assessor de Atendimento, Sustentabilidade e Suporte às Zonas

TÓPICOS DA AGENDA

1- Prestação de contas das Eleições 2022

2- Aberto ao público para apresentar sugestões

Discussão 1 - Prestação de contas das Eleições 2022

O início da Audiência se deu oficialmente às 15h24 com a manifestação do Juiz Ouvidor Dr. Márcio Antônio de Souza Moraes Júnior, deste Tribunal. O sr. Alisson Barboza Azevedo, como responsável pela Assistência de Sustentabilidade (ASSUS), apresentou suas considerações e deu as boas-vindas aos participantes. Após a palavra foi franqueada ao sr. Wilson Gamboge Júnior, Diretor-Geral do TRE-Go. Em seguida o sr. Herbet Batista Alves, membro da CDPCD e Conselheiro Seccional da OAB/GO apresentou seus cumprimentos e se manifestou sobre a importância do tema.

Encerrada a abertura, o sr. Weslley Francisco Machado de Napoli deu início aos trabalhos às 15h53, apresentando as informações e dados referentes ao que foi realizado no ano eleitoral de 2022, quando foram realizadas reuniões com entidades que trabalham com pessoas com deficiência e com a OAB, bem como foram planejadas ações com o objetivo de mitigar e/ou resolver os problemas existentes nas eleições no que diz respeito à acessibilidade e ao tratamento dado às pessoas com deficiência.

Em seguida foi franqueada a palavra aos participantes presentes na Audiência para que se manifestassem e pudessem apresentar suas preocupações e sugestões quanto ao tema em pauta, conforme segue:

Manifestações

O sr. Augusto C. Fernandes apresentou suas impressões sobre as Eleições realizadas em 2022. Entendeu que: “ficou evidente que o preparo dos mesários no atendimento aos PcD estava faltoso”. Sugeriu que se verificasse a existência de responsável técnico dos elevadores nas unidades que os possua, para, se for o caso, realizar a manutenção corretiva dos mesmos. Opinou no sentido de se disponibilizar cadeiras de rodas nas escolas, bem como as mesmas pleiteiem recursos para reformas visando melhorar a acessibilidade.

Em seguida o sr. Vereador William Veloso, Presidente da Comissão dos Direitos da PcD da Câmara Municipal de Goiânia teceu elogios pela iniciativa de se discutir os problemas e dificuldades encontradas nas eleições. Reclamou quanto a acessibilidade interna e externa dos locais de votação e sugeriu que se faça uma vistoria prévia desses locais.

A sra. Clarislene Paula Domingos, Superintendente de Gestão,

representando o sr. Rodrigo Caldas, Secretário da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) apresentou suas razões e se dispôs a realizar reuniões entre a SME e este Tribunal.

A sra. Gessilma Dias, uma das representantes da Superintendência dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Goiânia se manifestou e reclamou de a Associação de Surdos não ter sido convidada.

O sr. Trajano Figueiredo, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas da Prefeitura de Goiânia sugeriu que se melhorasse a capacitação do pessoal (mesários) nas seções eleitorais.

O sr. Antônio de Pádua, representando o CREA-Go, apresentou reclamações e sugeriu instrumentos para que os municípios resolvam os problemas de acessibilidade nas escolas.

A sra. Sabrina Valente M. L. Mendes, da Secretaria Municipal de Educação, reclamou do capacitismo em razão de falas de um mesário e sugeriu um treinamento mais bem elaborado visando o atendimento dos PcD.

A sra. Maísa da Conceição Silva , representante do Centro Brasileiro de Reabilitação e Apoio ao Deficiente Visual (CEBRAV), reclamou do atendimento dispensado à pessoa surda, do surdo de baixa visão e do surdo cego, que muitas vezes são impedidos de acessar o local de votação por estar acompanhado de auxiliar. Pediu intérpretes de libras nas seções em que o surdo vota e reclamou da ausência de janelas de libras nas urnas eletrônicas em setores periféricos. Requereu tratamento prioritário aos surdos, que segundo ela, não são contemplados dentre as prioridades nas filas de votação.

O sr. Josevan Marcelino, representando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Goiânia, sugeriu que o TRE-GO se aproxime das entidades PcD a fim de realizar ações de conscientização quanto a necessidade de atualizar o cadastro eleitoral em anos não eleitorais e se colocou à disposição para ações em conjunto com o TRE-GO.

O sr. Weverton Ferreira Silva, reclamou de tratamento recebido por parte de mesários e sugeriu mais ações de capacitação dos mesmos.

Sr. Antônio Vinhal, representante da EJE deste TRE-Go sugere a presença de intérpretes de libras atuando como mesários-voluntários ou a presença destes intérpretes de libras nas seções eleitorais para auxiliar as pessoas surda.

O servidor Maycon Vicente, via zoom, sugeriu a realização de atendimentos itinerantes nas associações representativas de pessoas com deficiência.

O Assessor da Presidência do CREA, Antônio de Pádua, sugeriu a discussão sobre a responsabilidade das calçadas, enfatizando não ser dos moradores e sim da Prefeitura.

Conclusões

Ao final da Audiência Pública, concluímos pela elaboração do Projeto Eleições Inclusivas 2024, somando-se as ações propostas no Eleições Inclusivas 2023 com as sugestões desta audiência.

Para a logística das Eleições 2024 ser mais acessível, é importante que o eleitor nos informe por meio do cadastro eleitoral que é pessoa com deficiência e qual o tipo de deficiência.

As Secretarias de Educação do Estado e do Município se colocaram a disposição para adequar as escolas que são utilizadas como local de votação.

Neste sentido ficam as seguintes propostas:

1. Melhorar a capacitação dos mesários para o adequado atendimento dos eleitores e eleitoras com deficiência, incluindo as funcionalidades de acessiblidade da urna eletrônica;
2. Disponibilizar um treinamento de mesário específico para atender deficiências não visíveis;
3. Capacitar os Administradores de Edifício para serem os guias das pessoas com deficiência nos locais de votação;
4. Elaboramos o Guia de Acessibilidade nas Eleições 2024;
5. Promover ações de conscientização contra o capacitismo nos locais de votação e nas redes sociais;
6. Reedição da Central de Libras para as Eleições 2024;
7. Comunicar de maneira mais adequada com as pessoas surdas e ensurdecidas, contando com o apoio da Central de Libras da Prefeitura de Goiânia;
8. Solicitar às Prefeituras a demarcação de vagas reservadas nas escolas que são locais de votação;
9. Solicitar às Prefeituras a disponibilização de ônibus ou micro-ônibus para transporte de pessoas com deficiência no domingo de eleição;
10. Instalar as seções eleitorais em escolas com acessibilidade: rampas, banheiros, sinalização tátil, dentre outras;
11. Aprimorar o diagnóstico de acessibilidade nos locais de votação via Checklist de Acessibilidade.
12. Solicitar ao TSE um layout de seção acessível que tenha espaços adequados para cadeirantes, pessoas com nanismo, pessoas sem os braços e outros tipos de deficiência;

13. Orientar os chefes de cartório para solicitar o contato dos responsáveis técnicos dos elevadores das escolas no final de semana das eleições;
14. Orientar os chefes de cartório para solicitar a disponibilização de cadeira de rodas por parte das escolas;
15. Realizar estudos no sentido de utilizar com local de votação salões de festas, salão paroquial, centro de convenções e outros tipos de imóveis;
16. Disponibilizar pelo menos um fone de ouvido para cada local de votação;
17. Instituir campanhas de informação sobre o direito do acompanhante para pessoas com deficiência;
18. Levar urnas nas associações para serem conhecidas;
19. Realizar atendimentos itinerantes nas associações para a revisão e identificação dos eleitores com deficiência no cadastro eleitoral;
20. Acompanhar as adequações dos locais de votação por meio de acordos de cooperação com as Secretarias de Educação do Estado e Prefeituras.

As propostas serão incluídas no Plano de Ação do Projeto Eleições Inclusivas 2024.

Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUSA MORAES JÚNIOR**, **JUIZ(A) ELEITORAL**, em 05/12/2023, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **WESLLEY FRANCISCO MACHADO DE NAPOLI**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 05/12/2023, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ALISSON BARBOZA AZEVEDO**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 06/12/2023, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0680954** e o código CRC **D5A4D0C6**.